



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 155ª reunião, realizada em 22 de agosto de 2012

1 Em 22 de agosto de 2012, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política
2 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares
3 e suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves, Paulo Afonso Romano, Fernando
4 Antônio Freire Vieira, Inês Tourino Teixeira, Fernando Henrique Guimarães Rezende,
5 Maria de Fátima Fassy, Tales Heliodoro Viana, Maria Margarida Granate Sá e Melo
6 Marques, Fábio Veras de Souza, Leonardo Maurício Colombini Lima, Wander José
7 Goddard Borges, Laís Fonseca dos Santos, Divino Pereira de Brito, Carlos Eduardo
8 Ferreira Pinto e Marco Túlio Simões Coelho – representantes do poder público; José Luiz
9 Magalhães Neto, Carlos Alberto Santos Oliveira, Alberto José Salum, Wagner Soares
10 Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo, José Carlos
11 Manetta, Célia Regina Alves Rennó, Lígia Vial Vasconcelos, José Ângelo Paganini,
12 Antônio Eustáquio Vieira, Fernando Antônio Rodrigues Oliveira, Newton Reis de
13 Oliveira Luz e Décio Antônio Chaves Beato – representantes da sociedade civil. **Assuntos**
14 **em pauta.** 1) **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional
15 Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O presidente Adriano Magalhães Chaves declarou aberta a
16 155ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental e comentou sobre o
17 Previncêndio, que inaugurou uma Sala de Situação para combate a incêndios florestais em
18 Curvelo. “Foi um momento importante porque vemos o Previncêndio numa estruturação
19 crescente. A partir do seminário realizado no ano passado, com a participação conjunta da
20 sociedade, conseguimos reestruturar o Previncêndio, com priorização de recursos de
21 governo, passando de R\$ 4 milhões para R\$ 26 milhões, e mais R\$ 9 milhões de
22 investimentos do setor privado, além dos R\$ 17 milhões que já investimos anualmente na
23 contratação de 840 profissionais para as nossas Unidades de Conservação. Então, ontem,
24 foi importante porque inaugurou mais uma etapa de um processo que esperamos que seja
25 melhorado a cada ano. Já estamos prevendo mais de R\$ 20 milhões novamente para o
26 Previncêndio, para 2013, e esperamos que esteja ainda mais estruturado.” 3)
27 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Pagamento por serviços ambientais.** O
28 conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento comentou sobre o Projeto Oásis,
29 realizado em parceria entre a Fundação Grupo Boticário, a Amda e o Ministério Público
30 Estadual, que trata de pagamento por serviços ambientais. “Existe a expectativa de
31 atender em torno de 700 hectares de diversas propriedades de preservação de nascente e
32 de vegetação nativa. Eu queria fazer esse registro porque considero uma iniciativa
33 bastante interessante. Os recursos são derivados de um auto de infração que o Ministério
34 Público está repassando, e a outra parte, do Grupo Boticário.” **Legislação ambiental.** O
35 conselheiro Antônio Eustáquio Vieira comentou sobre proposta encaminhada ao Conama
36 pelo Movimento Verde Paracatu para criação de normas relativas à construção e

37 manutenção de estradas rurais. “Temos estudos que apontam que 70% da morte dos
38 corpos d’água tem sido causada pelas estradas rurais.” O conselheiro propôs que o Estado
39 também discuta a elaboração de uma resolução sobre o tema, que inclua ainda a exigência
40 aos municípios de manter profissional com ART responsável pela construção e
41 manutenção dessas estradas. O conselheiro comentou ainda que o movimento
42 ambientalista também está participando da discussão no Conama para a revisão de
43 resolução relativa à intervenção em Área de Preservação Permanente pela atividade de
44 agricultura irrigada. **Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos (Fundif).** O
45 **conselheiro Antônio Eustáquio Vieira** fez o seguinte registro sobre liberação de recursos
46 pelo Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos (Fundif). “Entramos com um projeto
47 no início do ano passado e ele foi contemplado no orçamento. Foi depositada parte do
48 recurso e, até o momento, não foi depositado o restante. Com isso, a ação não foi iniciada
49 e a ideia hoje é devolver o recurso, considerando que o valor mudou bastante.” O
50 **conselheiro Wander José Goddard Borges** também comentou sobre o Fundif. “No
51 passado, conseguimos empenhar e liquidar algumas coisas de forma que fizesse a abertura
52 no que se referia às ONGs, associações, Oscips, como um todo.” O conselheiro se colocou
53 à disposição para acompanhar o assunto e sugeriu que houvesse um diálogo entre a
54 SEMAD e a Sedese no sentido de viabilizar a complementação dos recursos. **Queimada**
55 **controlada.** O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira registrou preocupação em relação às
56 autorizações para queimada controlada. “Temos testemunho de alguns produtores rurais
57 que tiveram essa autorização e perderam o controle disso, o que acaba sendo uma questão
58 complicada dentro do programa do Estado.” **Desenvolvimento dos Vales do**
59 **Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas.** A **conselheira Laís Fonseca dos Santos**
60 comentou sobre a atuação do secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do
61 Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, Gil Pereira. “Eu não poderia deixar de
62 registrar a luta do secretário Gil Pereira quanto aos recursos que estão sendo captados para
63 o Norte de Minas. O secretário conseguiu, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social
64 e ao Ministério da Integração, em torno de R\$ 14 milhões para tentar minimizar a seca no
65 Norte de Minas com a instalação e implantação de barraginhas para captação de água de
66 chuvas; e mais de R\$ 90 mil em cisternas de consumo e de produção, em parcerias com a
67 Seapa e a Copasa, e através de Termos de Cooperação Técnica com a SEMAD, para tentar
68 agilizar os licenciamentos e as liberações para levar um pouco mais de água; e assumindo
69 o projeto Água para Todos, que é um projeto federal.” O **presidente Adriano Magalhães**
70 **Chaves** também destacou “o esforço do secretário Gil Pereira na busca de recursos do
71 governo federal” e citou ainda ação da SEMAD na preparação de um rito especial para
72 viabilizar a execução desses investimentos no Norte de Minas. O presidente informou
73 ainda que foi criado um Grupo de Coordenação na Supram para tratamento dos projetos
74 públicos estratégicos e prioritários do DER, Sedvan, Idene, Ruralminas, Cemig, Copasa,
75 Gasmig e Copanor. **Projetos de PCHs no rio Tejuco.** A **conselheira Inês Tourino**
76 **Teixeira** registrou o recebimento, na Secretaria de Estado de Educação, de
77 correspondência encaminhada pela Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba
78 solicitando apoio para a não aprovação de licenças no âmbito do COPAM e do CERH

79 para a instalação de PCHs no rio Tejuco, na bacia do rio Paranaíba, justificando a
80 existência de uma série de impactos ambientais. O presidente Adriano Magalhães Chaves
81 informou que a SEMAD e o governador também receberam a correspondência e reiterou a
82 necessidade de discussão da matriz energética em Minas Gerais e de definição de uma
83 estratégia, pelo Estado, estabelecendo quais tipos de projetos serão apoiados. “Também
84 compete a este Conselho discutir políticas neste sentido, e é um tema bastante delicado.
85 Nosso desafio é conciliar o desenvolvimento com a necessidade de energia que nós temos.
86 No caso em pauta das PCHs no Tejuco, eram previstas 13 PCHs, porque a Aneel
87 identifica todos os potenciais do curso d’água sem uma análise mais crítica da viabilidade
88 ambiental ou muitas vezes mesmo a viabilidade técnica; simplesmente identifica o
89 potencial e divulga para o mercado. Esse número de 335 é um número de potencial
90 identificado, o que não quer dizer que todas serão viabilizadas tecnicamente,
91 economicamente ou ambientalmente, como temos acompanhado em alguns setores a partir
92 das Avaliações Ambientais Integradas”, a firmou o presidente. Especificamente em relação
93 às PCHs no rio Tejuco, o presidente Adriano Magalhães Chaves informou que os
94 processos se encontram em fase de análise de viabilidade ambiental. O conselheiro Paulo
95 Afonso Romano sugeriu que o COPAM não se manifeste isoladamente sobre as PCHS
96 antes da realização da Avaliação Ambiental Estratégica. “Além de ter o processo
97 avançado no Conama para que o uso de água para irrigação seja considerado de utilidade
98 pública e de interesse social, tal qual é considerado para geração de energia elétrica,
99 mineração e outros, existem duas leis em processo final de tramitação – uma muito
100 conhecida, que é o Código Florestal, e a outra, a lei que institui a Política Nacional de
101 Irrigação – e já tem um artigo que diz claramente que, por decreto federal, o uso de água
102 para agricultura irrigada pode ser considerado de utilidade pública e interesse social.
103 Como é um processo legislativo em final de procedimentos, até mesmo para evitar
104 eventuais desgastes com a comunidade manifestando uma posição e nós aqui
105 manifestando outra, inclusive os comitês de bacia, eu sugiro que aguardemos esse estudo
106 de Avaliação Ambiental Estratégica, que é extremamente necessário, mas que, feito
107 isoladamente para um ou outro segmento, pode ficar falho. Que aguardemos mais uma ou
108 duas semanas para poder fazer a avaliação um pouco mais ampliada e, inclusive, quando
109 houver demandas objetivas de outros setores, que essas sejam consideradas. O conselheiro
110 José Ângelo Paganini informou que foram aprovadas moções ao secretário, pela Supram
111 Leste e pelo Comitê do Rio Piracicaba, no sentido de que seja realizada Avaliação
112 Ambiental Integrada nas bacias do rio Doce e do rio Piracicaba, especialmente para esses
113 empreendimentos hidrelétricos, para que o comitê e a Supram possam ter mais subsídios
114 para análise e aprovação desses empreendimentos. O presidente Adriano Magalhães
115 Chaves informou que a SEMAD está avaliando a pertinência dessas moções. “Tem que
116 ver, inclusive, quais os rios têm uma sequência de PCHS que justifique fazer Avaliação
117 Ambiental Integrada. No caso do rio Tejuco e de outras bacias, já recomendamos a AAI.
118 Hoje, já temos as bases do ZEE, as AAIs existentes e a própria Avaliação Ambiental
119 Estratégica que foi feita pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico no passado.
120 Sobrepondo-se essas bases e as AAIs das bacias federais feitas pela EPE, permite-se que,

121 a partir dessa base, façamos análise da viabilidade ou não e da necessidade dessas AAIs
122 em outras bacias. É feita uma análise prévia para a tomada de decisão, se vamos solicitar
123 ou não mais AAIs.” **4) EXAME DA ATA DA 154ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
124 **COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 154ª reunião do Plenário do Conselho
125 Estadual de Política Ambiental, realizada em 4 de julho de 2012. **5) MINUTA DE**
126 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA QUE ESTABELECE O NOVO REGIMENTO**
127 **INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM).**
128 **Apresentação: SEMAD.** O Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
129 aprovou, por unanimidade, a minuta de Deliberação Normativa que estabelece o novo
130 Regimento Interno do COPAM nos termos da proposta original da SEMAD modificada
131 pela proposta conjunta assinada pelos conselheiros representantes da Amda, Ministério
132 Público, Fiemg e Faemg, com os destaques discutidos e deliberados nesta sessão,
133 conforme descrito a seguir: – No Artigo 5º, aprovada por consenso nova redação para os
134 incisos II e V: “II - Diretiva quando se tratar de estabelecer orientações gerais para
135 elaboração e revisão das normas regulamentares do Conselho Estadual de Política
136 Ambiental que se referem ao COPAM”; “V - Deliberação quando se tratar de atos de
137 regulação administrativa interna do COPAM especificamente”. – No Artigo 9º, aprovada
138 por consenso a inclusão do Parágrafo Único com a seguinte redação: “Parágrafo Único -
139 A Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas – CPB tem ainda
140 competência deliberativa, conforme disposto no inciso IX do Art. 18 do Decreto Estadual
141 44.667/07.” – No Artigo 12, aprovada por consenso nova redação para o inciso III: “III -
142 encaminhar a pauta de reunião aos conselheiros titulares e, quando solicitado, aos
143 suplentes, bem como os respectivos pareceres, com antecedência mínima de 10 (dez) dias
144 corridos, incluindo os dias da publicação e da reunião.” Rejeitada, por voto de maioria,
145 com 12 votos contrários e dez favoráveis, a inclusão de parágrafo com o seguinte texto:
146 “Durante o prazo previsto no Caput, deverão transcorrer, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis,
147 excluídos os dias da publicação e da realização da reunião.” – No Artigo 20, aprovada por
148 consenso nova redação para o Caput: “Art. 20 - As reuniões ordinárias e extraordinárias
149 serão convocadas por meio eletrônico e as suas pautas e respectivos documentos
150 disponibilizados no sítio oficial do COPAM com antecedência mínima de 10 (dez) dias da
151 data da reunião, incluindo os dias da publicação e da reunião.” Rejeitada, por voto de
152 maioria, com 12 votos contrários e dez favoráveis, a inclusão de parágrafo com o seguinte
153 texto: “Durante o prazo previsto no Caput, deverão transcorrer, no mínimo, 5 (cinco) dias
154 úteis, excluídos os dias da publicação e da realização da reunião.” – No Artigo 24,
155 aprovada por voto de maioria nova redação para o parágrafo 2º: “§ 2º Os conselheiros
156 interessados poderão ter acesso à gravação das reuniões previstas no caput, mediante
157 solicitação formal à respectiva Secretaria Executiva.” – No Artigo 23, aprovada por voto
158 de maioria a redação da proposta original da SEMAD para o parágrafo 2º. Foi rejeitada
159 por maioria a proposta dos relatores de permitir a votação de processos em bloco apenas
160 após 30 minutos do horário de início da reunião previsto na pauta. O Plenário do COPAM
161 aprovou, por consenso, nova redação para o parágrafo 6º, conforme proposta dos
162 relatores: “§ 6º - Nos casos em que o Conselheiro proponente da condicionante manifestar

163 que a inclusão, exclusão ou alteração da mesma pode interferir na análise de concessão da
164 licença, deverão ser colocados em votação, simultaneamente, o parecer do órgão
165 ambiental e a proposta apresentada pelo conselheiro.” – No Artigo 28, aprovada por
166 consenso nova redação para o inciso III: “III - requerer informações, providências e
167 esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo e, quando necessário, sob forma
168 de diligência”; – No Artigo 29, aprovada por consenso nova redação para o Caput: “Art.
169 29 A ausência do conselheiro titular ou suplente por duas reuniões consecutivas ou quatro
170 alternadas da mesma estrutura colegiada, durante um mesmo mandato, implicará
171 automaticamente a suspensão das competências previstas no artigo 24 deste Regimento
172 Interno, por 3 (três) meses.” – No Artigo 30, aprovada por consenso nova redação para o
173 Caput: “Art. 30 Terão direito a voto e assento à mesa o conselheiro titular do órgão ou
174 entidade e, na ausência ou impedimento deste, o respectivo conselheiro suplente.” – No
175 Artigo 32, aprovada por consenso nova redação para o Caput: “Art. 32 Para fins deste
176 Regimento, entende-se por diligência o requerimento, por conselheiro, ao órgão ambiental
177 de informações, providências ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão,
178 quando não for possível o atendimento no âmbito da reunião.” – No Artigo 34, aprovada
179 por consenso nova redação para os parágrafos 3º e 4º: “§ 3º Para fins do disposto no artigo
180 17, o relatório e o parecer de vista deverão ser encaminhados à respectiva Secretaria
181 Executiva até 5 (cinco) antes da reunião.” “§ 4º O relatório de vista entregue
182 intempestivamente não servirá de subsídio às deliberações do Conselho, resguardado o
183 direito de manifestação previsto no artigo 31.” O Plenário do COPAM rejeitou, por
184 consenso, a proposta de alteração do Caput que sugeria a possibilidade de manifestação
185 oral como relatório e parecer de vista. – No Artigo 37, aprovada por consenso nova
186 redação para o Caput: “Art. 37 Após o início da votação da matéria, não serão permitidas
187 discussões e não serão concedidos pedidos de vista, de diligência ou de retirada de pauta,
188 salvo se constatado equívoco de condução da Presidência, admitido pela mesma.” – No
189 Artigo 39, aprovada por consenso nova redação para o Parágrafo Único: “Parágrafo
190 Único: Os técnicos e assessores jurídicos dos órgãos seccionais de apoio se manifestarão
191 para prestarem esclarecimentos ou de ofício devendo limitar-se ao assunto tratado durante
192 o julgamento.” – No Artigo 40, aprovada por consenso nova redação para o Caput: “Art.
193 40 O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Presidente
194 do COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, determinará a
195 realização de reunião conjunta das estruturas colegiadas do COPAM e do CERH,
196 conforme previsto na legislação vigente, para discussão e deliberação de matéria que vise
197 à integração entre as políticas de proteção ao meio ambiente e de recursos hídricos.” – No
198 Artigo 55, aprovada por consenso nova redação para os parágrafos 2º e 3º: “§ 2º A
199 vedação deverá ser declarada pelo membro que se enquadre nesta condição e poderá ser
200 suscitada por qualquer interessado, cabendo ao arguido pronunciar-se sobre a alegação.”
201 “§ 3º Caso a vedação não seja reconhecida pelo arguido, será instaurado processo
202 administrativo.” – No Artigo 68 da proposta original da SEMAD, aprovada por consenso
203 nova redação: “Art. 68 Esta Deliberação Normativa entra em vigor no prazo de 30 dias,
204 revogando a Deliberação Normativa COPAM nº 30, de 29 de setembro de 1998, e as

205 demais disposições em contrário.” **Revisão do calendário das URCs.** Durante a votação
206 dos artigos 16 e 20 do Regimento Interno, foi destacada pela conselheira Lígia Vial
207 Vasconcelos a necessidade de adequação do calendário de reuniões das Unidades
208 Regionais Colegiadas do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, considerando os novos
209 prazos aprovados. O conselheiro Wagner Soares Costa sugeriu que as reuniões das duas
210 URCs, que atualmente são marcadas para uma mesma segunda-feira, passem a ser
211 realizadas em dias distintos. O presidente Adriano Magalhães Chaves recomendou à
212 Secretaria Executiva que seja pautada nova proposta de calendário para todas as URCs, na
213 próxima reunião, considerando os novos prazos aprovados no Regimento Interno e os
214 feriados existentes. **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações.
215 **ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o
216 presidente Adriano Magalhães Chaves declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada
217 esta ata.

218
219 —
220 **APROVAÇÃO DA ATA**
221
222

223 —
224 **Presidente Adriano Magalhães Chaves**